



Lembrança, muda, mudança: repensando sociedade e natureza através do conceito de experiência em Agroecologia

Memory seed(l)ing change: rethinking society and nature through the concept of experience in Agroecology

ALVES, Daniel¹

¹Universidade Federal de Goiás, GO, Brasil

Resumo: A agroecologia exige não apenas uma nova dinâmica do uso das terras e das águas, mas também outra dinâmica na produção e uso do conhecimento. Analisamos, epistemologicamente e desde o ponto de vista das Ciências Humanas, o lugar do laboratório nas ciências experimentais e as consequências desse lugar em face da grande divisão moderna entre natureza e sociedade/cultura, a qual permeia o pensar e o fazer desta mesma ciência. Depois, relatamos uma situação social simples, na qual identificamos potencialidades para a criação de um outro lugar de produção de conhecimento, onde a memória social, os saberes científicos, os saberes populares e as políticas da natureza possam ser construídas dentro de uma perspectiva agroecológica.

Palavras-chave: epistemologia, Modernidade, conhecimento, prática agroecológica.

Abstract: Agroecology requires not only a new dynamic of water and land use, but also other dynamics in the production and use of knowledge. It is analyzed, epistemologically and from the point of view of Human Sciences, the space of laboratory in the experimental sciences and the consequences of this place in the face of the great modern division between nature and society/culture, which permeates the thinking and making of this same science. Then, we report a simple social situation in which we have identified potential for creating another place of knowledge production, where social memory, scientific knowledge, popular knowledge and politics of nature can be built within an agroecological perspective.

Keywords: epistemology, Modernity, knowledge, agroecological practice.

Introdução

O artigo que segue foi construído a partir do deslocamento subjetivo e cognitivo a mim proporcionado pela Agroecologia. Esse deslocamento tem relação com a experiência coletiva de docentes e alunos envolvidos em projetos de ensino, pesquisa e extensão em Agroecologia, o NEPEA da UFG Regional Catalão, que será apresentado no momento oportuno. Na Antropologia, o “cercado” disciplinar de onde venho, esse deslocamento é a própria base subjetiva para o conhecimento do outro. Tentarei aqui me valer do modo de antropológico de conhecer e discutir epistemologias, para inicialmente discutir a epistemologia desse lugar chamado “laboratório”. Para tanto, valer-me-ei de uma leitura pessoal de *Jamais Fomos*

Modernos, de Bruno Latour (1994), que a mim tem pautado o entendimento sobre a atuação de nosso grupo. Logo a seguir, depois de ter discutido o *tropo* cognitivo que esse lugar tem proporcionado, e sua relação com a engrenagem social que o confirma e envolve, postulo a necessidade da instauração um lugar que enfeixe redes diferentes, de acordo com as articulações de saberes propostas pela Agroecologia.

O conceito de experiência em Agroecologia

Depois da apropriação da linguística nas Ciências Humanas, o reconhecimento de que o mesmo significante pode ter significados diferentes dependendo do contexto passou a ser um truísmo. Aqui, dedicaremos nossa análise a um significante específico, “experiência”. A palavra evoca significados diferentes no campo científico, e ela parece ter um significado importante no contexto da Agroecologia. Minha “experiência” de antropólogo aponta para o reconhecimento de um campo semântico em torno da palavra, mas não apenas isso. Defendo que estão em jogo no conceito de experiência em Agroecologia conjuntos heteróclitos de técnicas, saberes e discursos (o que significa, de outra maneira, dizer que a Agroecologia é prática, ciência e movimento, segundo WEZEL et al., 2009). Rastrear esses conjuntos, e a aceitação e rejeição de partes ou das totalidades desses conjuntos, pode nos ajudar a entender muito sobre as tentativas de constituição de naturezas-culturas alternativas na modernidade.

Em ciência, especialmente no plano do “método experimental” das *hard sciences*, uma experiência diz respeito à enunciação de verdades que a própria natureza revela num lugar específico. Os mecanismos dessa enunciação de verdades baseiam-se nos procedimentos lógicos para a busca de leis gerais consagrados desde a filosofia pré-socrática (observação das recorrências, indução, dedução, eliminação, comparação, etc). O que torna a ciência propriamente moderna é a constituição de um regime de verdade assentado na constituição de um lugar controlado onde a natureza revela sua essência, separando-se do que é propriamente humano (cultura, poder, história), tomado como fonte de erro na busca do conhecimento “objetivo”. Esse lugar é o laboratório (LATOURET, 1994).

O laboratório é o espaço, no Ocidente, onde a natureza é conjurada a manifestar suas regularidades. As linhas de força que atravessam os laboratórios das hard sciences são continuamente apagadas das inscrições (dos relatórios de observação aos papers e artigos) em favor da manutenção da Divisa. A purificação dos objetos científicos (LATOURET, 1994) pretende retirar tudo que é social/cultural/histórico das matérias observadas, reduzindo-as a erro e distorção perceptiva. Por outro lado, os laboratórios de pesquisa nas Humanas não cessam de manipular linguagens (narrativas, discursivas, culturais, pedagógicas) para a construção de documentos escritos (mesmo que tenham origem oral) que respondem a necessidades de



objetivação do subjetivo. Mesmo nas Humanas, a constituição é a homóloga inversa dos laboratórios de exatas: reduzirás tudo à imanência das linguagens e não invadirás os objetos transcendentais da natureza traduzidos pelas fórmulas, pelas taxonomias, etc. Enquanto isso, o Império do Meio só faz crescer: buracos no ozônio, sementes e plantas políticas, crise hídrica, sociabilidades eletrônicas, indústrias de alimentos etnicorreligiosas, etc.

Mesmo em nossa sociedade, a Grande Divisa entre Ciências da Natureza (*naturwissenschaften*) e Ciências do Espírito (*geisteswissenschaften*) parece cada vez mais insuficiente para dar conta de uma série de objetos que não cessam de se criar no meio do contínuum (LATOURET, 1994). Afinal, o buraco na camada do ozônio é um fenômeno natural, social/histórico ou discursivo? Dizer “os três” significa uma tentativa de apreensão ou demissão intelectual? Esses objetos desafiam a inteligência dos cientistas justamente pela sua dependência paradigmática da linguagem oriunda da Divisa, instaurada na separação entre sujeito e objeto. Aos saberes populares de sujeitos que objetivam fora dos marcos da Divisa, os cientistas não dão status epistemológico de ciência objetivante: esses saberes, cheios de cruzamentos de conhecimentos objetivos científicos e populares, são objeto de estudo justamente de antropólogos.

Esse modelo de conhecimento através da experiência de laboratório, que conspira para a manutenção e reforço da chamada “grande divisa”, tem caracterizado nossa forma de gerenciar a divisão natureza-sociedade/cultura/história, engendrando uma homogeneidade de práticas, saberes e discursos. Na agricultura, atividade tipicamente situada no meio das divisas entre natureza/cultura e saber/prática, a homogeneidade das práticas tem levado à difusão de soluções prontas para a produção, através de pacotes de quimiossintéticos corporativos que se impuseram, enquanto opção econômica, por sobre práticas consagradas em milênios de agricultura familiar. A homogeneização dos saberes, propulsada pelo ensino de agronomia voltado ao agrobusiness, transformou a lavoura em laboratório e indústria, fragilizando rapidamente os saberes camponeses e a identidade nos meios rurais, a tal ponto que se tornou comum falar de ruralidades. A homogeneização dos discursos tornou necessidade a agricultura direcionada ao crescimento do Produto Interno Bruto nacional, capitalizando o trato da humanidade com a natureza e ampliando o processo de estranhamento do agricultor em relação ao produto do seu trabalho (MARX, 2004). Essa homogeneidade caracteriza, no campo da produção agrícola, uma hegemonia global. Chamaria essa forma de encarar a produção de *agricultura unidimensional*, lembrando o clássico de Herbert Marcuse (1964).

Contra o processo hegemônico, surgiram desde a década de 1970 relações outras de constituição de natureza-sociedade, baseadas nas constatações sobre as contradições da chamada “Revolução Verde”. Tratava-se da “agricultura alternativa”, depois transformada em Agroecologia. Nela, postulava-se outra maneira de

entender o que é experiência, diferente do modelo laboratorial. Aqui, entende-se a experiência como ponto de atravessamento de técnicas, saberes e discursos. Conhecer através da experiência, na Agroecologia, não significa depurar para objetificar, mas sim compreender os inevitáveis atravessamentos de técnicas, saberes e discursos, e enredá-los para que haja uma redefinição da relação humanidade-humanidade e humanidade-natureza. Tudo isso pode ser observável e praticável numa simples caminhada com um agricultor numa propriedade voltada à produção agrícola, coisa corriqueira na extensão rural. Porém, o agente de extensão pode direcionar o diálogo com o produtor para um olhar que traz em si a marca da hegemonia global: ênfase somente nos ganhos econômicos do empreendimento, evidenciação da técnica na forma de “receita”, segmentação e elitização (ocultamento) do saber - resguardado pelas marcas de distinção social (diplomas universitários, por exemplo). Nosso caminho, como veremos, não é esse. Se temos nossas técnicas, saberes e discursos, os agricultores também tem os seus. Cabe a nós respeitá-los e comunicar-se com eles tendo em vista a construção local de um senso prático de responsabilidade com o planeta.

Há um quê de filosofia anticartesiana, de romantismo anticapitalista e de antropologia nisso tudo. Devo falar parte que me cabe, como antropólogo. É importante compreender, de saída, que a Grande Divisa se origina da forma através da qual natureza e sociedade/cultura foram construídos no Ocidente. Existem outras formas de imaginar essa divisão: toda a Antropologia, especialmente a Etnologia Indígena, consiste em examinar outras constituições sobre o que é “natural” e o que é “social/cultural”. A Antropologia originariamente interessava-se em catalogar as culturas autóctones da Ásia, das Américas e da África com enquadramentos objetivistas acerca da cultura dos primitivos. A Antropologia ao início do XX foi obrigada a transpor gradativamente os limites do objetivismo, na medida em que o diálogo e o deslocamento subjetivo da descoberta do outro foi se tornando o lugar da experiência antropológica, a começar por Malinowski entre os trobriandeses melanésios (MALINOWSKI, 1978), passando pelo estudo dos Azande por Evans-Pritchard na África (EVANS-PRITCHARD, 2005) e pela etnografia de Bateson entre os latmul polinésios (BATESON, 2008). O esforço da relativização, vendo a cultura do outro como íntegra e preche de produção de sentido, levou à constatação de que esses coletivos humanos compunham outros “conjuntos de técnicas-saberes-discursos” sobre o que consiste “natureza” e “sociedade/cultura” (para mais detalhes, ver o conceito de multinaturalismo em VIVEIROS DE CASTRO, 2002).

Se a Antropologia se configura como “ciência mestiça”, parafraseando ao filósofo Michel Serres, a Agroecologia talvez o seja ainda mais. Antropólogos e antropólogas lidam geralmente mal com a possibilidade de que os seus interlocutores tenham algo a aprender com eles, dado o trauma colonialista e missionário da experiência do contato do Ocidente com sociedades indígenas. Assumem por vezes que são, eles mesmos e elas mesmas, como “crianças” (metáfora de Malinowski) a serem iniciadas ou socializadas na cultura na qual querem imergir, evitando

questionamentos diretos a essa outra realidade da vida cotidiana, geralmente compensados com muitos dilemas internos (MALINOWSKI, 1997). Agroecologistas precisam de uma via dupla, pois geralmente há algo a ensinar, dependendo da circunstância. Se a cultura dos camponeses, indígenas ou quilombolas sustenta usos tradicionais sustentáveis da terra, tudo se torna mais fácil. Agora, se a memória biocultural (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015) se perdeu por conta do entranhamento de quimiossintéticos corporativos nos coletivos produtores, há um trabalho de reconstrução a se fazer, porque junto aos pacotes tecnológicos vêm, também, o estranhamento em relação ao produto do trabalho, consequência da capitalização. A produção deixa de ser boa para comer e para pensar, servindo simplesmente como forma de assegurar o ganho financeiro e manter-se no mercado.

É possível um laboratório que não (re)produza a divisa, mas fale sobre ela e reponha os lugares da cerca? É possível um laboratório que não só forme, mas *transforme*, reconstruindo a memória biocultural e fortalecendo a identidade dos grupos, sejam eles comunidades, organizações ou movimentos populares? Se isso for possível, o que segue fará sentido.

Lembrança, muda, mudança

No dia 25 de novembro de 2014, dia dos dois anos da Feira Sem Veneno da UFG, doamos mudas de plantas para pessoas que vieram comprar na feira e para parceiros que nos acompanham há muito tempo. Diante de uma muda de tingui, uma árvore rústica do cerrado, uma senhora transmitiu o que sabia daquela planta. Para tanto, fez recurso ao saber prático que tinha dela, intrinsecamente relacionado a uma memória da “roça”, muito comum aos moradores da região que em alguma medida se urbanizaram em primeira geração, mas tem terras e/ou parentes ainda no interior. O saber prático, a memória, a espacialidade e a filiação parental estavam dobradas na fala, de maneira que era impossível cartesianamente reduzir seu espaço de enunciação. Essa dobradura encontrava-se, naquele momento, com as nossas.

As sementes de tingui foram coletadas de dois pés (ou “indivíduos”, nessa estranha linguagem que imprime faculdades subjetivas a “objetos” que não tem direitos como sujeitos) na estrada que leva a um assentamento rural na cidade de Goiandira, em agosto de 2014. A princípio, sequer sabíamos de que espécie se tratava, mantendo uma relação passional com aquelas sementes voadoras compartimentadas em cabaças: era uma espécie de conquista para nós obtermos uma lenhosa até então desconhecida e plantá-la. Fazendo recurso ao conhecimento da biologia, condensado num manual para identificação de espécies, demoramos semanas para identificar aquilo que a senhora, pelo feixe prática-parentesco-território, reconheceu de imediato. Ela ainda estendeu o saber nosso com o dela, ao dizer que a mãe dela queimava o tingui e com a cinza fazia um preparado que “é tipo a água sanitária



hoje”, boa para limpar gordura. E que a semente era macerada para fazer “um sabão que dava espuma demais”.

Abre-parêntese sobre o “nós” institucional em questão: o NEPEA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Agroecologia - foi fundado pelo prof. Cláudio José Bertazzo, do curso de Geografia, que o coordena até hoje. Desde 2011 colaboro com o prof. Cláudio na redação e coordenação dos projetos do NEPEA. Grande parte do que escrevo aqui deriva das convicções que fomos construindo nos últimos anos. Estamos, por força de programa de extensão financiado pelo PROEXT em 2015-2016, fomentando construção coletiva e consciência sustentável em oito localidades, implementando viveiros de mudas, hortas e projeto de piscicultura em escolas e terras coletivamente geridas em Catalão (em duas localidades), Ouvidor, Cumari, Anhanguera, Nova Aurora e Goiandira (duas localidades).

Dias depois seis bolsistas do NEPEA e um de nossos parceiros cortavam bambus em Santo Antônio do Rio Verde, distrito a setenta quilômetros de Catalão. Esses bambus seriam a base para mais um viveiro de mudas, numa escola municipal de Ouvidor. Montamos os viveiros, damos a formação e deixamos a comunidade escolar decida o que fazer com as mudas. Mas algumas ficam para o NEPEA, como uma contraparte de nosso trabalho como formadores populares e construtores de viveiros e hortas, e foram as tais mudas que doamos para as pessoas no dia 25 de novembro, entre elas a de tingui. Essa relação tem consequências simbólicas profundas relacionadas à economia básica do dar e receber gratuito e interessado, que conformam a base das nossas concepções modernas de crédito, honra e confiança, assim como estudado pelo pensador francês Marcel Mauss (2003) no *Ensaio sobre a Dádiva*, há noventa anos. As doações de mudas ainda evocam a memória, por fazerem parte de um repertório classificatório de plantas da região boas para comer, para apoiar, para curar e para lembrar.

Conclusão

Queria finalizar apontando algumas consequências dessa estória. Mudas e sementes projetam para o passado, mas também se dirigem ao presente e ao futuro. É sabida a necessidade de mudas para a efetiva consolidação das Áreas de Preservação Permanentes (APP) e Reserva Legal (RL). Haverá uma demanda enorme por mudas, e antes que os preços das mudas disparem, é necessário que as comunidades tenham a soberania sobre as reservas naturais, para que as matas ciliares e o entorno de nascentes tenham chances de sobrevivência frente às mudanças climáticas. Ainda há mais: há um entroncamento político em torno às sementes. Grande parte do poder político das indústrias de insumos quimiossintéticos corporativos vem da restrição do número de sementes no mercado. Estimulando a biodiversidade dos milhos e dos tomates, por exemplo, as comunidades terão os benefícios nutricionais que as sementes quimiossintetizadas não trazem, e nem a



dependência econômica das corporações. Bancos de sementes preservam a diversidade de germoplasma dos biomas, e é fundamental que estejam protegidas por organizações de guardiões de sementes nativas (movimentos sociais, associações).

De outro lado, precisamos de um tipo de laboratório, no qual haja locais de tratamento, armazenagem, plantio e acompanhamento das sementes (coisas comuns a laboratórios convencionais), tratando-as desde sempre como entidades complexas biopolíticonarrativas. Postula-se aqui a possibilidade de que haja um laboratório cujo objetivo é socializar (não segregar e segmentar), em que as pessoas da comunidade tenham espaço para lembrar e compartilhar os conhecimentos sociais em torno às plantas e à produção agrícola, tendo como objetivo o enraizamento coletivo desses conhecimentos e de sua organização (e não sua venda na forma de “pacotes agroecológicos” para o consumo alimentar de elite). Esse entroncamento foi sempre o lugar do conhecer do nosso grupo. Nossa expertise principal é fazer da extensão pesquisa e ensino, tanto que grande parte de nossa produção vem da experiência concreta de articular, plantar e ensinar pessoas. O primeiro reflorestamento a ser feito é nas pessoas. O despertar das narrativas a partir das sementes e das mudas redireciona a atenção ao passado, dá sentido ao presente e sustenta uma visão de futuro, inclusive nas instituições de ensino e pesquisa. É fácil imaginar como geneticistas e farmacólogos poderiam munir-se desses conhecimentos populares e gerar inovação tecnológica socialmente justa, junto a profissionais das ciências humanas capazes de evocar a memória e, através delas reconstituir, a partir de mudas e sementes, as redes sociais que impulsionarão um futuro melhor às águas e ao solo de nossos lugares de atuação. Por isso, a construção biossociopolítica desse novo “laboratório” (uso agora o termo pela falta de outro melhor) pode ser criado no campo da Agroecologia, justamente por ela propor um entroncamento de outras redes, com saberes, práticas e políticas alternativos ao modelo hegemônico.

Agradecimentos (opcional)

Ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (agora, e por enquanto, “secretaria especial”), que através da Secretaria de Ensino Superior (MEC-SESu) financiou programas e projetos no campo da Agroecologia nos últimos anos, por nos ter proporcionado a base para as reflexões aqui trazidas. Ao Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Científico (MCT-CNPq), que deu apoio financeiro à criação e consolidação dos Núcleos e Redes de Agroecologia nos últimos anos, inclusive ao NEPEA da UFG Regional Catalão.

Referências bibliográficas



BATESON, Gregory. **Naven**: um exame dos problemas sugeridos por um retrato compósito da cultura de uma tribo da Nova Guiné, desenhado a partir de três perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura (vol. 2; O poder da Identidade). 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

EVANS-PRITCHARD, E.E. **Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. (*Coleção Antropologia Social*)

LATOURETTE, Bruno. **Jamais Fomos Modernos**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994. (*Coleção Trans*)

MALINOWSKI, Bronislaw. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (*Os Pensadores*)

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**: o homem unidimensional. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

TOLEDO, Víctor M.; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A memória biocultural**: a importância ecológica das sabedorias tradicionais. Expressão Popular: 2015. (*São Paulo*)

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena. In: **A inconstância da alma selvagem** – e outros ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2002. p. 345-399.

WEZEL, A.; BELLON, S.; DORÉ, T.; FRANCIS, C.; VALLOD, D.; DAVID, C. Agroecology as a science, a movement or a practice. A review. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 29, p. 503-515, 2009.